



Ranking de Notícias: Veja o que foi destaque na ConJur na semana

No ano em que completou 30 anos de magistratura, o desembargador Ivan Ricardo Garísio Sartori alcançou o cargo mais alto do Judiciário paulista. Contrariando a expectativa geral que dava como certa a vitória do atual presidente José Roberto Bedran, foi eleito presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo. Com posse marcada para a próxima segunda-feira (2/1) Sartori já tem planos para seus dois anos à frente do maior tribunal do país. "Faz tempo que venho me preparando para assumir esta responsabilidade", diz. Adianta que servidores e juízes de primeira instância figuram entre as prioridades da sua gestão. Leia a entrevista completa [aqui](#) na **ConJur**.

Arbitragem em discussão

Em meio à queda de braço para definir se a discussão sobre o seguro da hidrelétrica de Jirau será no Brasil ou na Inglaterra, o consórcio responsável pela obra diz concordar em discutir o ressarcimento dos danos à construção por meio da arbitragem. Para isso, porém, são colocadas as seguintes condições: a câmara arbitral deve estar em solo brasileiro e as seguradoras devem assumir a cobertura dos danos causados à construção por trabalhadores em março deste ano, limitando-se a discutir o valor a ser pago. Leia [aqui](#) a reportagem.

Desconto para advogados

O fim de ano também é tempo de aquecer os negócios da Ordem dos Advogados do Brasil. Por todo o país, as seccionais aproveitam para dar descontos, parcelar dívidas e estimular o pagamento em dia das anuidades dos advogados. Em São Paulo, a maior seccional do Brasil, por exemplo, a campanha de parcelamento de dívidas de anuidades foi prorrogada. A Resolução 1/2011, que permitia aos inadimplentes dividir seus débitos em até 60 vezes — desde que as parcelas fossem menores a R\$ 150 —, foi prorrogada. Agora os que tiverem dívidas registradas até a quinta-feira (29/12) podem entrar no programa. É a “campanha para recuperação de débitos de inadimplentes”. Leia [aqui](#) a matéria da **ConJur**.

Caso Paulipetro

A Petrobras poderá desembolsar R\$ 6,3 bilhões — mais de 85% do seu lucro líquido do terceiro trimestre deste ano — para indenizar o governo de São Paulo. Com a virada do ano, a Ação Popular 00.0245122-0, da 16ª Vara Federal do Rio, completará 32 anos de tramitação sem que tenha um final próximo. Nela a Petrobrás, o ex-governador Paulo Maluf e outros réus já foram condenados, em 2008, a ressarcir o governo paulista pelos gastos indevidos com a aventura da Paulipetro, no final dos anos 70, quando Maluf cismou de encontrar petróleo na bacia do Rio Paraná, no interior paulista. Furaram-se os poços, enterraram-se milhares de dólares e óleo que é bom não surgiu, como previam os especialistas. Agora ficou salgada a conta. Leia [aqui](#) a reportagem.

Justiça no mundo

A organização *The World Justice Project (WJP)* fez uma pesquisa de fôlego para avaliar a situação do



Estado de Direito em 66 países de todas as regiões do mundo. A organização mede, na verdade, a percepção da população sobre a efetividade da Justiça. O relatório final, de 157 páginas, com o título de Índice do Estado de Direito (*Rule of Law Index*), faz uma radiografia da Justiça no mundo. Traz um *ranking* mundial, *rankings* regionais e *rankings* de grupos de nações por faixas de renda semelhantes. Cada *ranking* classifica os países utilizados como amostra pelo nível de respeito que cada nação atribui ao império da lei, em praticamente todas as áreas da Justiça. Leia [aqui](#) a reportagem completa.

ESPECIAIS

Entrevista de domingo

Ainda nos tempos do curso de Direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Luciana Gross Cunha percebeu que sua vocação estava longe das sustentações orais dos advogados e próxima da pesquisa sobre o universo jurídico. Na mesma época, começou a cursar Ciências Sociais na Universidade de São Paulo. Lá ficou. Saiu primeiro mestre, em 2000, e depois doutora em Ciência Política, em 2004. Ainda assim, a hoje professora da Direito GV não abandonou de vez o Judiciário. Leia [aqui](#) a entrevista completa.

Artigo da semana

No artigo “Carreira da magistratura precisa de reorganização”, o juiz Roberto Wanderley Nogueira destaca as providências da Corregedoria Nacional de Justiça para o levantamento de dados dos magistrados no exercício funcional específico. “Ninguém é absolutamente livre de erros nesta vida. Assim também a ministra Eliana Calmon e todos nós, magistrados. Tentar desqualificá-la de seu exercício corrigente é, portanto, tarefa inglória. O que se tem afirmado é que ela, na atual quadra, está determinada a fazer a coisa certa e isso não tem nada a ver com exposição desabusada e ilegal do universo dos magistrados da nação. Tem a ver com transparência que é um dever de todos nós ao qual não deveríamos sequer ter de ser convocados, porque, antes, já nos deveríamos expor de modo espontâneo.” Leia [aqui](#) o artigo completo.

Coluna Direito na Europa

A correspondente da revista **Consultor Jurídico** na Europa, Aline Pinheiro, conta que um adolescente de 19 anos passou o Natal atrás das grades em Londres por ter enrolado um juiz. Ele tinha sido convocado para participar de um júri e, no último dia do julgamento, ligou avisando que estava doente e que não poderia comparecer. O julgamento foi adiado. No mesmo dia, funcionários do tribunal ligaram para a casa do jovem para saber como ele estava e descobriram: ele estava muito bem, assistindo um musical no teatro. Foi condenado a 14 dias de prisão por desobediência. Leia [aqui](#) a coluna completa.



AS MAIS LIDAS

Medição do *Google Analytics* aponta que, durante a semana, a **ConJur** recebeu 173.002 mil visitas e 430.631 mil visualizações de página. A segunda-feira (26/12) foi o dia mais acessado, com 37.675 mil visitas.

A segunda notícia mais lida foi a entrevista com a professora de Direito da FV, Luciana Gross Cunha, que percebeu que sua vocação estava longe das sustentações orais dos advogados e próxima da pesquisa sobre o universo jurídico. Na mesma época, começou a cursar Ciências Sociais na Universidade de São Paulo. Lá ficou. Saiu primeiro mestre, em 2000, e depois doutora em Ciência Política, em 2004. Ainda assim, a hoje professora da Direito GV não abandonou de vez o Judiciário. Leia [aqui](#) a entrevista completa.

AS 10 MAIS LIDAS

[Juíza dá conselhos amorosos em nota de expediente](#)

["Judiciário não precisa de mais juízes, e sim de gestão"](#)

[Confira o resultado da segunda fase do Exame de Ordem](#)

[Liminar proíbe aparelho que "furta" sinal de TV](#)

[Peluso nega recurso e mantém CNJ com poderes restritos](#)

["Não devemos obrigar um juiz a trabalhar por outro"](#)

[OABs dão descontos para pagamento de anuidade](#)

[PEC pretende tirar do MP o poder de investigação](#)

[Contran acaba com exigência de placa de alerta de radar](#)

[Marco Aurélio não esvaziou o Conselho Nacional de Justiça](#)

MANCHETES DA SEMANA

[Construtoras de Jirau aceitam disputa em arbitragem](#)

[Relatório traz índice de efetividade da Justiça em 66 países](#)

[Trabalhador que usa smartphone pode receber hora extra](#)

[OAB oferece descontos para quem tem anuidade atrasada](#)

["Não devemos obrigar um juiz a trabalhar por outro"](#)

["Esvaziar Direito Penal pode causar desordem social"](#)

[Foco da Justiça do Trabalho foi dar efetividade à execução](#)

[Petrobras poderá pagar R\\$ 6 bilhões para o governo paulista](#)

[Aumenta número de acidentes de trajeto no país](#)

[Europa questiona atuação de policial como jurado](#)

[Texto alterado em 10/8/2012 para cumprir decisão cautelar da juíza Cláudia Maria Hardt, da 19 Vara Cível de Porto Alegre]